

1º bimestre

Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e nos empréstimos ao BNDES

2018

Ministro da Fazenda

Henrique de Campos Meirelles
Secretário-Executivo
Eduardo Refinetti Guardia

Secretária do Tesouro Nacional

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Secretário Adjunto do Tesouro Nacional
Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretários do Tesouro Nacional

Subsecretário de Assuntos Corporativos
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Subsecretário de Política Fiscal
Adriano Pereira de Paula
Subsecretário da Dívida Pública
José Franco Medeiros de Moraes
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais
Pricilla Maria Santana
Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais
Pedro Jucá Maciel
Subsecretária de Contabilidade Pública
Gildenora Batista Dantas Milhomem

Elaboração

Assessoria Especial – ASSES

Arte

Assessoria Especial (ASSES) / Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)
Projeto Gráfico: Viviane Barros

Informações

Telefone (61) 3412-1843
Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

Última alteração: 29/03/2018

Lista de Tabelas

Tabela I – Valor dos Subsídios por Período de Apuração (R\$)	4
Tabela II – Valor dos Subsídios Explícitos pelos Critérios de Apuração e de Pagamento (R\$5).....	5
Tabela III – Projeção do Valor Presente dos Subsídios (R\$).....	6
Tabela IV – Inscrições de RAP em Operações de Equalização de Taxa de Juros do PSI (R\$)	7
Tabela V – Haveres da União junto ao BNDES.....	8

Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do PSI e nos empréstimos ao BNDES, 1º bimestre de 2018

O Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI e nos empréstimos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente ao 1º bimestre de 2018, traz as seguintes informações: (i) o impacto fiscal das operações do Tesouro Nacional com o BNDES e a Financiadora de Projetos – FINEP; e (ii) os valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros no âmbito PSI, referentes ao 1º bimestre de 2018¹.

Este Boletim apresenta cinco tabelas com informações que refletem o impacto fiscal das operações no âmbito do PSI, que envolvem o pagamento pelo Tesouro Nacional de equalização de taxa de juros nos empréstimos concedidos ao setor produtivo pelo BNDES e pela FINEP, bem como o impacto fiscal referente aos empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES.

¹ Para entender os conceitos e metodologia utilizados no presente Boletim, bem como para um histórico sobre as operações que deram origem aos subsídios apresentados, vide o Relatório de Subvenções divulgado em janeiro de 2016 (considerado como a Edição n.º 1 do Boletim de Subsídios do Tesouro Nacional ao BNDES e à FINEP) no link: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/subsídios-do-tesouro-nacional-ao-bndes>.

A Tabela I, a seguir, contém os valores dos subsídios por período de apuração, segregados entre os de natureza financeira e os de natureza creditícia. No caso dos subsídios de natureza financeira (explícitos), trata-se da apuração periódica dos valores devidos pela STN em função da diferença entre a taxa de juros recebida pelo financiador nos empréstimos concedidos no âmbito do PSI e a taxa de juros paga pelo mutuário, gerando desembolsos periódicos de pagamento pelo Tesouro ao BNDES e à FINEP. Já os subsídios de natureza creditícia (implícitos) são derivados da diferença entre o custo de captação do Tesouro (Custo TN) – definido metodologicamente como o Custo Médio de Emissão da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – e o custo contratual dos empréstimos concedidos ao BNDES.

Tabela I – Valor dos Subsídios por Período de Apuração (R\$)				
Ano	Valor dos Subsídios Financeiros			Valor dos Subsídios Creditícios
	Equalização ao BNDES (a)	Equalização à FINEP (b)	Equalização Total (c)=(a+b)	Empréstimo da União ao BNDES (d)
2008	-	-	-	17.776.022
2009	228.975.933	-	228.975.933	4.576.870.878
2010	2.885.444.716	-	2.885.444.716	8.469.245.696
2011	5.191.046.933	2.576.549	5.193.623.482	10.538.243.041
2012	4.577.572.934	28.431.544	4.606.004.478	12.343.318.434
2013	5.989.271.145	62.428.273	6.051.699.418	10.629.385.349
2014	7.870.353.298	134.377.787	8.004.731.085	21.272.338.349
2015	9.568.646.668	259.108.378	9.827.755.046	18.969.018.983
2016	9.132.553.338	346.947.748	9.479.501.087	29.146.451.360
2017	6.040.029.124	329.156.027	6.369.185.151	15.661.666.101
2018*	3.084.364	-	3.084.364	1.231.241.803

Fonte: Dados elaborados pela STN/COPEC e pela STN/COFIS, com base em informações do BNDES da FINEP.

* Posição acumulada até o dia 28/02/2018.

Ao se comparar o valor dos subsídios financeiros e creditícios realizados no 1º Bimestre de 2018 com os do mesmo período de 2017 (disponível no [Boletim do 1º Bimestre de 2017](#)), observa-se redução significativa.

No que tange aos subsídios de natureza financeira, que caíram de R\$ 5,5 milhões no 1º bimestre de 2017 para R\$ 3,1 milhões no 1º bimestre de 2018, trata-se de tendência natural, haja vista que esses subsídios decorrem de

equalização de taxas de juros no âmbito do PSI, em que não há mais contratação de novas operações desde 2015. Dessa forma, considerando que o saldo de operações equalizável vem decaindo pela amortização dos contratos, ocorre redução nesses subsídios.

Relativamente aos subsídios creditícios, o valor passou de R\$ 3,1 bilhões, no primeiro bimestre de 2017, para R\$ 1,2 bilhão, no primeiro bimestre de 2018. Como estes subsídios resultam da diferença entre a remuneração dos contratos firmados com o BNDES – que são remunerados majoritariamente pela TJLP –, e o Custo TN, alterações nessas taxas impactam o montante dos subsídios implícitos realizados. Dessa forma, a redução da diferença entre o Custo TN e a TJLP explica, em grande medida, o fato de os subsídios referentes ao 1º bimestre de 2018 serem menores do que aqueles apurados no mesmo período de 2017. Além disso, em 2017 houve liquidações antecipadas dos empréstimos por parte do BNDES, que ocorreram em setembro (R\$ 33 bilhões) e em outubro (R\$ 17 bilhões), de forma que o saldo dos contratos em 2018 também é menor do que o saldo médio verificado em 2017. Isto também contribuiu para a redução verificada nos subsídios creditícios em questão.

A Tabela II, por sua vez, apresenta os subsídios de natureza financeira, pelo critério de pagamento e de apuração, conforme os termos da legislação pertinente.

Tabela II – Valor dos Subsídios Explícitos pelos Critérios de Apuração e de Pagamento (R\$)		
Ano	Critério da Apuração	Critério do Pagamento
2008	-	-
2009	228.975.933	-
2010	2.885.444.716	-
2011	5.193.623.482	428.975.933
2012	4.606.004.478	751.660.642
2013	6.051.699.418	121.858.879
2014	8.004.731.085	110.744.844
2015	9.827.755.046	30.283.656.172
2016	9.479.501.087	10.215.700.058
2017	6.369.185.151	7.908.331.841
2018*	3.084.364	2.827.626.683

Fonte: Dados elaborados pela STN/COPEC, com base em informações do BNDES e da FINEP.

Nota:

Conform e a legislação atual, o pagamento dos subsídios explícitos tem duas periodicidades semestral e mensal, cujos procedimentos são definidos pela Portaria MF n.º 193, de 2014, com a redação dada pela Portaria MF n.º 950, de 2015.

** Posição acumulada até o dia 28/02/2018.*

A Tabela III, a seguir, representa o valor presente estimado dos subsídios financeiros já contratados referentes às operações do PSI, e dos subsídios creditícios nos empréstimos concedidos pela União ao BNDES, na posição de 31/12/2017. Como as alterações nos valores em questão, em curto espaço de tempo, decorrem, principalmente, de variações das curvas de juros utilizadas nos cálculos, via de regra esta tabela é atualizada apenas na edição do Boletim do 6º bimestre de cada ano, que traz números de fechamento do exercício financeiro, e é divulgada em janeiro de cada ano.

Os valores estimados dos subsídios financeiros e creditícios são apresentados por ano em que eles serão incorridos e trazidos a valor presente. Para tanto, adota-se a metodologia, constante da [Nota Técnica Análise a Valor Presente das Operações de Crédito entre a União e o BNDES](#). As explicações das variações entre os números apresentados na Tabela 3 relativamente ao valor estimado na posição de 31/12/2016 (de R\$ 23,4 bilhões para os subsídios financeiros e R\$ 109 bilhões para os creditícios) estão disponíveis no [Boletim do 6º Bimestre de 2017](#).

Tabela III – Projeção do Valor Presente dos Subsídios (R\$)

Ano	Subsídios Financeiros ⁽¹⁾	Subsídios Creditícios	Ano	Subsídios Financeiros ⁽¹⁾	Subsídios Creditícios	Ano	Subsídios Financeiros ⁽¹⁾	Subsídios Creditícios
2018	4.050.127.330	5.015.221.682	... Continuação			... Continuação		
2019	2.594.193.149	1.171.934.756	2033	26.925.043	1.940.288.369	2047		475.920.398
2020	1.649.737.407	1.386.604.263	2034	22.534.515	1.711.521.800	2048		376.547.431
2021	1.019.789.183	1.203.100.423	2035	18.452.525	1.666.762.633	2049		323.208.328
2022	572.279.873	1.480.836.935	2036	14.693.340	1.697.213.511	2050		270.377.192
2023	280.186.262	1.779.729.209	2037	11.114.545	1.412.660.597	2051		210.217.189
2024	144.768.774	2.097.101.314	2038	7.836.588	1.478.184.501	2052		191.347.573
2025	93.224.414	2.666.602.195	2039	4.800.277	1.287.342.091	2053		147.165.062
2026	73.187.642	2.115.967.955	2040	1.985.999	1.126.634.721	2054		103.673.872
2027	63.953.782	2.354.434.270	2041	77.404	1.074.484.776	2055		81.766.061
2028	56.054.042	2.119.170.510	2042		945.988.776	2056		56.605.210
2029	48.668.236	2.165.387.789	2043		763.793.904	2057		41.303.792
2030	42.442.151	2.284.424.141	2044		678.617.374	2058		26.413.472
2031	36.853.656	2.186.406.905	2045		569.840.909	2059		10.122.142
2032	31.765.387	2.239.632.167	2046		509.087.985	2060		357.836
		Continua...			Continua...	Total	10.865.651.525	51.444.002.021

Fonte: Dados elaborados pela STN/COPEC e pela STN/COFIS, posição de 3/12/2017.

(1) Considerando o critério de apuração.

A Tabela IV, a seguir, apresenta o estoque de restos a pagar (RAP), relativos às operações de equalização de taxa de juros no âmbito do PSI, acompanhando periodicamente as inscrições, as reinscrições, os cancelamentos e os pagamentos da cifra.

Ao final de 2017 foram inscritos restos a pagar no montante de R\$ 2,88 bilhões, referentes às obrigações constituídas no 2º semestre de 2017, relativas ao orçamento de 2017, para pagamento no exercício de 2018. Desse total de RAP inscritos, seguindo a regra de pagamento do PSI, R\$ 2,83 bilhões foram pagos no primeiro bimestre de 2018, restando apenas R\$ 51,4 milhões em estoque. *tt*

Tabela IV – Inscrições de Restos a Pagar em Operações de Equalização de Taxa de Juros do PSI (R\$)

Ano	RAP Inscritos (a)	RAP Reinscritos (b)	RAP Pagos (c)	RAP Cancelados (d)	Estoque de RAP (e)=(a+b)-(c+d)
2010/2011	400.000.000	0	400.000.000	0	0
2011/2012	4.122.112.067	0	737.386.964	0	3.384.725.103
2012/2013	2.947.053.322	3.384.725.103	0	0	6.331.778.425
2013/2014	135.169.121	6.331.778.424	5.212.183	0	6.461.735.362
2014/2015	2.355.234.494	6.461.735.362	8.363.445.930	453.523.927	0
2015/2016	0	0	0	0	0
2016/2017	4.416.000.000	0	4.365.138.716	50.861.284	0
2017/2018	2.877.400.000	0	2.825.992.026	0	51.407.974

Fonte: SIAFI.
Posição acumulada até 28/02/2018.

Por fim, apresenta-se a Tabela V, a seguir, com os contratos de financiamento celebrados entre a União e o BNDES, com detalhamento de suas características, na posição de 28/02/2018. Dessa forma, os contratos já contemplam as liquidações antecipadas ocorridas em 2015, 2016 e 2017:

Tabela V - Haveres da União junto ao BNDES									
Contrato	Base Legal	Saldo em 31/12/2016 (em R\$)	Saldo em 31/12/2017 (em R\$)	Saldo em 28/02/2018 (em R\$)	Data Contrato	Indexador	Início Pagamento		Fim do Contrato
							Juros	Principal	
CT 544/PGFN/CAF	11.943/2009	2.407.468.365	2.337.704.501	2.226.596.699	21/06/2010	DÓLAR + Libor	15/02/2011	15/02/2015	15/02/2039
CT 577/PGFN/CAF	12.397/2011	-	-	-	27/09/2010	TJLP	15/11/2010	15/05/2030	15/04/2050
CT 590/PGFN/CAF	11.943/2009	1.504.667.728	1.461.065.313	1.391.622.937	15/12/2010	DÓLAR + Libor	15/08/2011	15/02/2015	15/02/2039
CT 619/PGFN/CAF	12.397/2011	-	-	-	15/03/2011	TJLP	15/04/2011	15/04/2031	15/03/2051
CT 652/PGFN/CAF	12.453/2011	-	-	-	14/06/2011	TJLP	15/07/2011	15/07/2031	15/06/2051
CT 703/PGFN/CAF	12.453/2011	14.341.436.457	0	0	15/12/2011	TJLP	15/01/2012	15/01/2032	15/12/2051
CT 738/PGFN/CAF	12.453/2011	11.906.880.746	0	0	21/06/2012	TJLP	15/08/2012	15/08/2032	15/07/2052
CT 755/PGFN/CAF	12.453/2011	23.539.535.227	1.627.112.531	1.638.281.715	15/10/2012	TJLP	15/12/2012	15/12/2032	15/11/2052
CT 807/PGFN/CAF	12.453/2011	17.528.468.513	18.351.911.738	18.477.889.415	28/12/2012	TJLP	15/02/2013	15/02/2033	15/01/2053
CT 845/PGFN/CAF	12.249/2010	2.549.206.077	2.528.599.071	2.495.124.802	09/05/2013	TJLP/US\$	15/06/2013	15/06/2017	15/05/2037
CT 896/PGFN/CAF	12.872/2013	-	-	-	17/09/2013	TJLP	15/10/2013	15/09/2016	15/03/2029
CT 895/PGFN/CAF	12.872/2013	-	-	-	17/09/2013	DÓLAR + 4,47%	15/03/2014	15/09/2016	15/03/2029
CT 897/PGFN/CAF	12.872/2013	-	-	-	17/09/2013	DÓLAR + 4,47%	15/03/2014	15/09/2016	15/03/2029
CT 904/PGFN/CAF	12.979/2014	28.865.709.771	31.051.445.379	31.385.844.772	05/12/2013	TJLP	15/01/2020	15/01/2034	15/12/2053
CT 922/PGFN/CAF	12.872/2013	214.707.331.606	230.223.960.565	232.703.290.656	14/03/2014	TJLP	15/04/2020	15/04/2040	15/03/2060
CT 923/PGFN/CAF	12.872/2013	16.443.185.556	17.631.513.906	17.821.391.375	14/03/2014	TJLP	15/04/2020	15/04/2040	15/03/2060
CT 962/PGFN/CAF	13.000/2014	35.230.302.030	37.776.351.818	38.183.173.109	24/06/2014	TJLP	15/07/2020	15/07/2034	15/06/2054
CT 1017/PGFN/CAF	13.126/2015	34.399.899.990	36.885.937.663	37.283.169.902	16/12/2014	TJLP	15/01/2021	15/01/2035	15/12/2054
Subtotal		403.424.092.066	379.875.602.484	383.606.385.381					
CT 1018/PGFN/CAF	13.043/2014	5.111.421.186	5.115.643.663	5.116.830.991	22/12/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 964/PGFN/CAF	12.833/2013	6.958.910.084	6.964.658.747	6.966.275.226	24/06/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 963/PGFN/CAF	12.833/2013	8.926.339.930	8.933.713.861	8.935.787.352	24/06/2014	(a)	31/12/2014	S/Amortiz.	S/Venc.
CT 867/PGFN/CAF	12.872/2013	15.334.263.485	15.346.930.916	15.350.492.898	28/06/2013	(a)	31/12/2013	S/Amortiz.	S/Venc.
Subtotal		36.330.934.685	36.360.947.187	36.369.386.467					
Total		439.755.026.751	416.236.549.671	419.975.771.848					

Fonte: Dados elaborados pela STN/COFIS, posição de 28/02/2018.

Notas:

- (1) Ao longo do exercício de 2016 foram liquidados seis contratos, quais sejam: 896/PGFN/CAF, 895/PGFN/CAF, 897/PGFN/CAF, 652/PGFN/CAF, 619/PGFN/CAF e 577/PGFN/CAF. Além desses, foi amortizado o contrato 703/PGFN/CAF. No total, as liquidações somadas atingiram o montante de R\$ 113,22 bilhões. No exercício de 2017 foram liquidados totalmente os contratos nº 703 e 738/PGFN/CAF e parcialmente o contrato nº 755/PGFN/CAF.
- (2) Os Contratos nº 867, 963, 964 e 1018 são caracterizados com o Instrumento Elegível a Capital Principal, não preveem a atualização monetária e a incidência de juros se dá conforme o rendimento anual dos dividendos apurados pelo BNDES e de acordo com fórmulas previstas contratualmente.